

## **Atenas e Roma no século I a. C. nos textos de Cornelius Nepos e Cícero**

Fábio Augusto Morales<sup>1</sup>

Quando observamos a bibliografia a respeito da história de Atenas, uma desproporcionalidade é flagrante: se o período clássico é objeto de uma longa e intensa tradição de estudos acadêmicos, figurando no lugar central de praticamente todos os manuais sobre a “História da Grécia”, o período romano da história ateniense aparece apenas em artigos e capítulos de livros – em manuais de “História da Grécia”, “História de Roma” ou mesmo de “História Antiga”, são, quando muito, citados apenas de passagem. É como se, com a vitória macedônica em 322 a. C., que provocou a (provisória) queda do regime democrático e a (também provisória) perda da autonomia externa, a polis atenienses submergisse no mar historiográfico, lançando alguns sinais de vida apenas quando alguma potência externa, como os reis de Pérgamo ou os imperadores romanos, a resgatasse da obscuridade.

Como explicar esta desproporção entre o período clássico e os posteriores, em particular o romano? Como compreender o desaparecimento da Atenas pós-322 (macedônios) ou pós-86 (romanos) da narrativa historiográfica? Algumas hipóteses têm sido aventadas: a questão da identidade ocidental, o modelo biológico e a premissa da autonomia. Em primeiro lugar, a Grécia é tida tradicionalmente como o “berço da civilização ocidental”: Péricles, Sócrates, Sófocles; a assembléia da Pnix, os tribunais, a ágora; as grandes Dionisíadas, os jogos panatenaicos, o Parthenon; a frota militar, os tributos dos aliados, as guerras constantes; os estrangeiros comerciantes, os escravos, as mulheres confinadas... estes elementos, e muitos outros, compõem o imaginário contemporâneo da Atenas na época “clássica”, cidade que, a frente dos gregos, constitui o “berço da civilização ocidental”. Centenas de estudos históricos, literários, arqueológicos etc, foram dedicados à Atenas clássica, publicados nos mais diversos países e nas mais diversas línguas, seja para reafirmar, seja para questionar tal imaginário – de todo modo, a democracia ateniense clássica continua sendo uma dos

---

<sup>1</sup> Professor de História Antiga da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello.

períodos mais estudados nos campos da história antiga, dos estudos clássicos e da arqueologia, entre outros.

Já o período romano da história de Atenas apresenta um problema para a identidade ocidental: como conviver com o fato de que um povo tão superior culturalmente, o berço da cultura e da civilização, tenha sucumbido diante de poderes externos, às vezes tomados como culturalmente inferiores? O paradoxo entre “superioridade cultural” e “submissão política” gerou, segundo a historiadora estadunidense Susan Alcock, uma curiosa ambivalência nos estudos sobre os gregos no período romano conduzidos até o final do século XX: os discursos historiográficos variavam da afirmação da superioridade cultural a despeito da submissão, indicando que, apesar de tudo, foram os gregos que civilizaram os romanos, numa espécie de “imperialismo cultural reverso”, até os discursos que lamentavam a decadência moral e a inércia espiritual dos descendentes de Péricles (ALCOCK, 1993, p. 2). De um modo ou de outro, a narrativa historiográfica sobre os gregos em geral, e sobre os atenienses em particular, sob dominação romana era um empreendimento desconfortável.

Além do desconforto identitário, pode-se pensar também na utilização de modelos biológicos para a explicação da história das sociedades humanas, formulados e criticados no séculos XIX, mas também presentes, por vezes com tons poéticos, na historiografia do século XX. O modelo biológico insere Atenas no grande organismo da “Grécia Antiga”: a Grécia arcaica seria a infância das poleis, que acabaram de “nascer” no século VIII e enfrentam as crises da puberdade nos séculos VII e VI; a Grécia clássica seria a maturidade das poleis, autônomas, sintetizadas na trajetória das duas mais excelentes, a militar Esparta e a democrática, filosófica e artística Atenas; a Grécia Helenística seria a velhice das poleis, fragilizada pelas guerras entre si, e que não suportam mais de pé a expansão macedônica, e seguiriam num coma profundo, poleis apenas nominalmente; e por fim, a morte com a dominação romana, quando a História da Grécia não existe em si, e as poleis se reduziriam a cidades provinciais do Império Romano. O modelo biológico, ainda que relativamente raro em artigos e livros de recortes temporais e espaciais limitados, é hegemônico nas obras de síntese produzidas nos centros europeus e estadunidenses, e absoluto em livros didáticos de países historiograficamente periféricos como o Brasil.

Em terceiro lugar, o silêncio sobre a história da Grécia e de Atenas sob dominação romana por ser explicado por uma espécie de “premissa da autonomia”. A ênfase na autonomia e da liberdade como era de Ouro das poleis cria lacunas historiográficas tanto no período clássico (HANSEN, 1995) quanto nos períodos helenístico e romano. A associação entre “autonomia política” e “atenção historiográfica” (que se liga a processos diversos, tais como a construção da identidade europeia e do Estado Nacional autônomo, o princípio de autodeterminação dos povos, o fascínio com o período clássico) faz com que estratégias de subordinação/liberdade relativas sejam apagadas em nome da melancolia da dominação e da nostalgia dos tempos gloriosos. Neste sentido, escravos não teriam história em tempo algum, assim como as mulheres, negros e homossexuais antes da segunda metade do século XX, como os sulafricanos no *Apartheid*, os iraquianos sob ocupação estadunidense, a população brasileira durante a ditadura militar, ou como toda a América durante o período colonial. Ora, a premissa da autonomia não pode ser o pressuposto da atenção historiográfica, como bem alertou o movimento intelectual da chamada “História dos vencidos”. Entretanto, se a autonomia não é adequada como pressuposto, ela pode ser formulada como questão historiográfica: o que é autonomia em determinado tempo e espaço, para determinados sujeitos históricos? Como determinada definição de autonomia se articula com projetos e utopias, com conflitos declarados ou não entre grupos sociais? Quais são os níveis possíveis de determinada autonomia, como ela se revela na vida cotidiana, no espaço, na cultura de determinada sociedade? O que se propõe aqui é historicização dos valores e definições geralmente tomados como pressupostos dos historiadores: o discurso da decadência da polis, presente nas fontes, não é um fato natural, mas social; é um discurso que se volta para o passado, mas que se realiza no presente, e sendo assim está inserido no quadro das relações sociais específicas de seu tempo e espaço.

Desde o final do século XX, entretanto, uma quantidade crescente de estudos sobre Atenas no período romano tem sido publicada, apresentando novos problemas e abordagens. Como sintetiza Susan Alcock,

Diversas tendências recentes em antropologia, história antiga e arqueologia têm convergido para uma abordagem revisionista. Fundamentalmente, com certeza, é o reconhecimento do até então dominante paradoxo: celebração das conquistas gregas,

casada com a vergonha do fracasso grego, é uma construção puramente externa e europeia da história helênica, escrita por estrangeiros de modo a definir sua própria identidade moderna e ocidental. De um modo geral, existe uma grande sensibilidade para as implicações da atividade imperial para as sociedades subordinadas, pois, no mundo pós-colonial, aceitar a conquista de um povo por outro como “natural” e “inevitável” não é mais tão fácil. (ALCOCK, 1993, p. 3).

Neste sentido, diversos estudos têm abordado novas questões como o papel da identidade grega na constituição da identidade imperial romana, a interação das cidades gregas nas redes econômicas, sociais e culturais do Império, os impactos da dominação romana na organização dos espaços rurais e urbanos na Grécia, entre outras questões. Fundamental nesta renovação, também, está o desenvolvimento das técnicas arqueológicas ligadas às prospecções de superfície (*surveys*), assim como uma reavaliação da crítica das fontes escritas (ALCOCK, 1993, pp. 1-32).

O presente texto busca analisar, dentro deste quadro de renovação historiográfica, a questão da integração da polis ateniense no mediterrâneo romano, ressaltando a relação entre política e espaço urbano nos quadros desta integração. Esta questão parte de duas premissas: a primeira, de que o Mediterrâneo é uma categoria útil de análise, e segunda, que o Mediterrâneo se tornou romano. Ora, estas premissas não são óbvias, e a validade da questão da integração de Atenas no mediterrâneo romano depende da aceitação destas premissas. Passemos, portanto, a uma breve discussão destas premissas para então analisar dois casos da presença romana em Atenas, a saber, as estátuas contra César na ágora ateniense, no século I a. C., relatados por Dio Cássio, e as construções romanas na mesma ágora durante o principado de Augusto.

### ***O mediterrâneo romano***

O mar Mediterrâneo: seria ele uma categoria de análise coerente, ou seja, existiria no Mediterrâneo uma unidade que justificasse uma forma historiográfica (“a História do Mediterrâneo”)? Ou esta unidade é fruto da pura arbitrariedade dos historiadores, que uniriam histórias particulares de povos que não tinham maiores relações entre si do que terem seus litorais banhados por esse mar? O mar Mediterrâneo seria, além de uma categoria geográfica, uma categoria histórica? Após um longo período pós-braudeliano, quando, contraditoriamente, observou-se um refluxo nos chamados “estudos mediterrânicos” (em parte pela monumentalidade da obra

braudeliana), a questão do Mediterrâneo como categoria de análise histórica tem sido discutida à luz de novas abordagens, influenciadas, especialmente, pelas transformações no cotidiano das sociedades que fazem parte, de modos diversos, do chamado processo de globalização.

Um marco nessa retomada dos estudos mediterrânico é a publicação, no ano 2000, do livro de P. Horden e N. Purcell *The Corrupting Sea*, obra monumental que discute primeiramente o caráter epistemológico dos estudos mediterrânicos. A grande inovação dos autores em relação à tradição braudeliana é a passagem de uma história *no* Mediterrâneo para uma história *do* Mediterrâneo: segundo os autores, em F. Braudel o mar era apenas um palco onde se desenrolava as histórias das sociedades; suas características geográficas eram reféns do tempo de longa duração, dissociadas das dimensões políticas e culturais. Uma história *do* Mediterrâneo, como argumentam os autores, deveria dar conta da interrelação entre sociedade e ambiente, analisando os modos pelos quais as sociedades alteravam e eram condicionadas pelas características ambientais da região. A linha teórica que permite esta análise seria, para os autores, a ecologia histórica. Um exemplo desta abordagem é a análise da conectividade e da mobilidade no mediterrâneo: segundo os autores, as microrregiões mediterrânicas nas quais as atividades econômicas são realizadas são tão diversas quanto insuficientes, o que faz com que as pessoas criem conexões com outras microrregiões, interligando o mar num fluxo constante de bens e pessoas.

A noção de microrregião é fundamental na ecologia histórica do livro: com ela, os autores desmontam unidades maiores (cidades, Impérios) como um recurso para observar a interação sociedade/ambiente em espaços específicos. O tamanho destas microrregiões é variável, podendo corresponder seja a uma planície, seja a uma parte de um cidade (o Coliseu é uma microrregião), mas constante é a diversidade ambiental presente nelas. Esta é, aliás, o que dá unidade ao Mediterrâneo: ao contrário de outras regiões do planeta, marcadas por grandes espaços de tediosa uniformidade ecológica, o Mediterrâneo é formado por microrregiões completamente diversas entre si – o mediterrâneo, neste ponto de vista, é único porque é o mais diverso.

Muitas críticas foram feitas à abordagem histórico-ecológica de P. Horden e N. Purcell, tanto em relação aos seus pressupostos quanto a algumas teses defendidas na obra; mas, em geral, o Mediterrâneo tem ganhado cada vez mais status de forma

historiográfica, chegando a ameaçar as já estabelecidas divisões entre Antiguidade e Idade Média, ou mesmo entre Oriente e Ocidente. Entre as abordagens que discordam dos pressupostos de P. Horden e N. Purcell mas que procuram explorar as possibilidades desta nova forma (“a História do Mediterrâneo”), destaca-se aquela que vê na noção de integração uma chave de análise. Em texto publicado em 2003, Norberto Guarinello afirmava:

Como mostram as tendências mais recentes da disciplina [História Antiga], esse “mundo antigo” pode ser pensado como resultante de um longo processo de integração de povos: cidades, impérios, tribos, que povoaram as margens do Mediterrâneo e as terras continentais adjacentes, como uma “micro-globalização” regional, que pode nos ajudar a pensar problemas do mundo contemporâneo.

De certo modo, o Império Romano culmina essa história e representa um fenômeno de integração, senão análogo, ao menos paralelo ao que vivemos, pois se sobrepõe às cidades-Estado, tribos e impérios, da mesma maneira que as forças do capital hoje se sobrepõem aos Estados-Nacionais. As diferenças são muitas: a unificação hoje se dá por mecanismos econômicos e não políticos, embora a força militar dos EUA seja um fator de grande importância na manutenção do atual sistema internacional. O Império Romano nos faz pensar, e temer, na possibilidade de uma grande integração mundial, que seja econômica, cultural ou social, mas que nos retira o espaço de decisão política que os Estados Nacionais ainda representam (GUARINELLO, 2003, p. 58).

Neste sentido, o Mediterrâneo não se apresenta como unidade em si mesma, a partir de suas características ambientais, mas como processo de integração: o Mediterrâneo se torna uma unidade na medida em que as sociedades que vivem às suas margens se integram – história *no* Mediterrâneo, diriam P. Horden e N. Purcell. Nesta história da integração mediterrânica, segundo N. Guarinello, o Império Romano assume papel fundamental: o Império é sua culminância, sobrepondo-se às unidades políticas menores e anteriores, gerando uma “micro-globalização” no âmbito do mediterrâneo. Disto não decorre necessariamente que o Império Romano era o *telos* da integração, sua realização completa e única possível: como processo, a história da realização da integração mediterrânica sob o domínio romano soterra inúmeras outras possibilidades de integração, outros modos, outras dinâmicas. Neste sentido, a história da construção

do Império Romano Mediterrânico é também a história das possibilidades soterradas pelo Império – assim como o atual processo de globalização e sua imposição sobre outras globalizações possíveis.

Desta ambivalência (construção do fato/destruição da possibilidade), a integração mediterrânica vista como processo histórico retoma questões antigas, tais como a ascensão e a queda do Império Romano, mas agora reformuladas em um outro quadro interpretativo, ou seja, da perspectiva da integração mediterrânica. Destas questões, uma tem produzido uma grande quantidade de novas interpretações: como o Império se mantinha? A diversidade das sociedades que margeavam o Mediterrâneo apresentava dificuldades óbvias para um poder que deveria ser, até certo ponto, uniformizador. O que se uniformizava, qual diversidade se mantinha? Como os poderes anteriores ao Império Romano foram reapropriadas, por quais maneiras, com quais resultados?

A historiografia do Império Romano do final do século XX tende a concordar que as tarefas do Império se limitavam a apenas duas: recolher as taxas e manter a ordem. A discordância se situa justamente no modo pelo qual tais tarefas eram alcançadas: P. Garnsey e R. Saller (1987), por exemplo, enfatiza o papel da rede de cidades na manutenção da ordem romana, na medida em que as elites urbanas dominavam, em nome de Roma, a grande massa dos camponeses; C. Ando (2000), por outro lado, analisa o gigantesco esforço imperial na produção de consensos por meio das ações comunicativas governamentais; já J. Lendon (2001) ressalta a importância da categoria da *honra* na manutenção da ordem imperial, na medida em que o Estado não era visto como uma entidade abstrata, e portanto a obediência ao imperador e seus oficiais era compreendida como uma relação pessoal. Talvez uma das melhores expressões que sintetizam a imbricação entre diversas formas de ordem foi aquela cunhada por G. Woolf (1998), em livro sobre a origem de uma cultura provincial galoromana: “Império de cidades e amigos”, buscando dar conta da interação entre as relações jurídicas entre as entidades políticas do Império e as relações de clientela entre as elites provinciais e Roma.

As cidades assumem um papel fundamental na ordem romana, mas algumas cidades em particular ultrapassam essa função – Atenas é um exemplo.